



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

## **JORNALISTAS E ANTROPÓLOGOS – SEMELHANÇAS E DISTINÇÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL<sup>1</sup>**

**Isabel Travancas**

IFCS-UFRJ e Estácio de Sá

**RESUMO:** *Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as relações entre a antropologia e a comunicação a partir da análise das especificidades destes dois campos. Quais os pontos de contato entre o trabalho do jornalista e do antropólogo em campo? Qual o papel das entrevistas nas duas áreas? Discutir estas entre outras questões é uma das metas deste artigo, tendo como base os trabalhos da Escola de Chicago, de C. Geertz e de P. Bourdieu.*

**Palavras-chave:** antropologia, comunicação, jornalismo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. setembro.2002.



Jornalistas e antropólogos são profissionais com objetivos, métodos e visões de mundo bastante distintas. Creio, entretanto, ser possível não só analisá-los dentro de uma perspectiva comparativa como reuni-los na categoria mais ampla de mediadores. Entendo aqui mediação como fenômeno sociocultural, como afirma G. Velho (2001:9), o qual, a partir da interação entre os indivíduos, produz e possibilita a troca e a comunicação. Jornalistas e antropólogos estão o tempo todo vivenciando em suas práticas profissionais o papel de mediadores, na medida em que a vida em sociedade se dá através das diferenças, e estes dois profissionais estão intermediando relações entre diversos grupos e categorias sociais. Eles podem ser vistos como elo entre distintos universos de significação. A diferença, conceito fundamental e definidor para a antropologia, tem também um papel importante na construção da notícia, se pudermos associar a novidade a um fato original ou incomum.

A representação que se tem do antropólogo é a do pesquisador-viajante que sai da sua sociedade, do seu mundo europeu e “civilizado”, como B. Malinowski, um dos pais da disciplina, para conhecer terras longínquas e “exóticas”. A viagem é um elemento privilegiado na construção deste profissional: viagem que para o antropólogo significa deslocamento, não necessariamente geográfico, porém. A experiência do trabalho de campo se dá a partir do movimento do pesquisador em relação à sua própria sociedade. É preciso que ele vivencie o que R. Da Matta (1978) chamou de “*anthropological blues*” e que pode ser definido como o resultado dos movimentos de transformar o “*exótico em familiar*” e o “*familiar em exótico*”. O primeiro movimento aponta o encontro do antropólogo com a sociedade do “outro”, com a alteridade. É o seu confronto pessoal não apenas com o isolamento e a “saudade”, mas com um universo distinto do seu, com outros códigos, outras lógicas, outra maneira de viver e pensar. O segundo movimento diz respeito ao momento em que a antropologia se dedica a pesquisar a sua própria sociedade, tentando olhá-la com outros olhos, vivenciando o “estranhamento” dentro da sua própria cultura. É assim que a antropologia não se dedica mais a estudar apenas as sociedades primitivas ou do “outro”. O antropólogo pode investigar a sua sociedade, a sua cidade, o seu próprio grupo social. É a chamada antropologia urbana ou de sociedades complexas. E o seu trabalho final, - o texto - é



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

dirigido ao leitor da sua sociedade, como o do jornalista, que escreve as suas matérias para o leitor do seu jornal, do seu país.

O jornalista é antes de tudo um habitante da cidade. O mundo urbano tem características e particularidades que se expressam no jornalismo. Quando Simmel (1979) cita o anonimato, as relações transitórias, a superficialidade como aspectos dos indivíduos urbanos, não se pode deixar de associar estas características ao jornalista. Assim como a metrópole determina um novo modo de vida, a intensidade com que o tempo é vivido também é diferente na cidade grande e na zona rural. E se o antropólogo vai se defrontar constantemente com a questão da diferença, o jornalista experimentará no seu cotidiano a cidade como espaço da diversidade, do cruzamento de mundos e “tribos” diferentes, desvendando territórios heterogêneos e construindo assim um mapa, para muitos habitantes desconhecido. Em meu trabalho sobre a identidade dos jornalistas (Travancas:1993) afirmo que o repórter é a figura paradigmática do jornalismo. Pelas suas tarefas diárias, que vão desde a apuração dos fatos à redação da notícia, ele pode ser visto como um cidadão do mundo: um profissional que atravessa fronteiras e tem acesso livre a quase todos os lugares, dos meios oficiais aos marginais e perigosos. Entrando em contato com diferentes realidades e diferentes pessoas a cada dia, ele realiza o papel de mediador entre o leitor e o mundo. Ele leva ao leitor um mundo construído pelo jornal, da mesma forma que o antropólogo, através do seu texto etnográfico, traz para quem o lê uma construção da sociedade do “outro”. E não é à toa que Laplantine (2000:166) afirma que “*o estudo dos textos etnológicos nos informa tanto sobre a sociedade do observador quanto sobre a do observado*”. A antropologia e o jornalismo produzem discursos em condições particulares e estas não são nem cultural nem socialmente neutras, ainda que nem sempre se procure enfatizar este aspecto. C. Geertz (1978) afirmava serem as etnografias ficções., não pelo fato de serem “falsas”, mas no sentido de serem “algo construído”

### Objetividade e Subjetividade

Estes dois conceitos estão em constante discussão nestas duas profissões. Ainda que a antropologia afirme ter se afastado da idéia positivista de que a ciência tinha a



obrigação de produzir um conhecimento “objetivo”, e aposte na subjetividade como instrumento de trabalho, de maneira alguma esta questão parece totalmente resolvida, particularmente no que diz respeito ao papel do antropólogo na pesquisa de campo.

Para o jornalismo a objetividade, que junto com a clareza e a concisão eram as regras imprescindíveis de uma notícia, perdeu seu peso, mas não foi descartada. Ela continua aparecendo como uma meta. É o caso do Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2001:28) que afirma que a reportagem “*deve ser iniciada com a informação que mais interessa ao leitor(...) e deve ainda contextualizar os fatos, expô-los objetiva e criticamente, com exatidão, clareza, concisão, didatismo e uso correto da língua*”. Um pouco mais adiante, em outro verbete o Manual declara que “*Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porem, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse*”.

Chegamos num ponto fundamental do jornalismo que é a questão da escolha. Cabe à imprensa escolher. Ela não pode deixar de fazê-lo, pois informar é escolher. Se ela se recusa a escolher, o leitor poderá escolher recusá-la. E esta escolha, ou melhor, as escolhas diárias e constantes, é que vão definir o jornal do dia seguinte. Elas se baseiam numa divisão hierárquica do jornal em editorias, que pode ser pensada como a expressão da necessidade do homem de classificar – classificar para compreender e organizar o mundo, nos termos de Mauss e Durkheim (1981) Para os dois pensadores esta necessidade básica do ser humano é a forma de transformar o real em dimensões inteligíveis. E um jornal apresenta ao seu leitor a “sua” construção da realidade.

Até recentemente o próprio jornal afirmava apresentar a realidade dos fatos de forma neutra e objetiva. As correntes mais tradicionais do jornalismo ainda hoje defendem a bandeira da objetividade nesta profissão. Penso que esta discussão da busca e do lugar da objetividade no jornalismo e do papel da subjetividade na antropologia pode ajudar a pensar estes dois campos e, num certo sentido, aproximá-los. Por um lado parece que o jornalismo ainda não conseguiu se desvencilhar completamente da idéia de



objetividade como trunfo importante de seus textos e de seus profissionais, o que já teria acontecido com as ciências sociais. Entretanto, isso não tornou as coisas mais simples; ao contrário, trouxe novas questões e mais complexidade. Ruth Cardoso (1986:101) em seu artigo sobre o trabalho de campo e as armadilhas do método, destaca esta questão. *“Tal como nos manuais tradicionais a subjetividade é abolida e os discursos são analisados como exteriores aos atores que os produziram. (...) Várias orientações teóricas não-positivistas formularam novos lugares para a subjetividade do observador. E não se trata do subjetivismo descontrolado invadindo o campo da reflexão racional, mas sim da natureza intersubjetiva da relação entre o pesquisador e seu informante”*. Penso que esta subjetividade que Cardoso salienta tem em muitos momentos significado uma postura “militante” do pesquisador, de apoio e adesão às causas e aos grupos estudados, tornando-os muitas vezes porta-vozes de suas lutas, fazendo com que abandonem a reflexão teórica sobre os caminhos da chamada “observação participante”, que corre o risco de se transformar em “participação observante”. É importante deixar claro a sutileza do tema e o lugar que ocupa o pesquisador. A sua proximidade com o tema que escolheu estudar, assim como a sua afinidade com o grupo não podem ser um problema “a priori”. O sociólogo norte-americano Howard Becker (1977:122) acha que o dilema, que pode parecer tão doloroso sobre tomar partido ou ser neutro em relação ao objeto de pesquisa, não existe. Isso porque, a seu ver, *“É necessário que alguém suponha, como alguns aparentemente o fazem, que na verdade é possível fazer uma pesquisa que não seja contaminada por simpatias pessoais e políticas. Proponho argumentar que isso não é possível e, portanto, que a questão não é se devemos ou não tomar partido, já que inevitavelmente o faremos, mas sim de que lado estamos”*. E discorre sobre o encaminhamento do trabalho de campo e sobre a questão da publicação do texto final que pode, em grupos marginais, por exemplo, prejudicá-los. Este ponto aproxima outra vez o jornalismo da antropologia se pensarmos em reportagens que se publicadas causarão muitas vezes danos enormes aos entrevistados. Caberá ao jornalista decidir pela divulgação ou não de determinado fato que pode afetar a vida de uma sociedade inteira.

Assim voltamos a idéia do jornalista como mediador e também como porta-voz da sociedade civil, como ele se coloca ou como muitas vezes gostaria de ser visto. Ele,



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

como o antropólogo, se desloca de sua função de repórter, cujo principal papel é informar, e assume o lugar do homem público de que fala R. Sennet (1988). A convivência com *mundos distintos* é um fato concreto nas sociedades modernas, mas pode ser mais marcante em algumas profissões, como na profissão de jornalista. Para poder transitar por distintas esferas é preciso desenvolver um sentimento de familiaridade com todos os locais e acontecimentos. Esta desenvoltura é fruto da experiência de que para esse indivíduo público- o jornalista - a sociedade tem relevância. Não importam apenas os seus laços familiares e afetivos e a sua satisfação pessoal. Os entrevistados de minha pesquisa (1993) enfatizaram a função transformadora do jornalista na sociedade. E, neste sentido, o caso Watergate surge como exemplo emblemático desta função social do jornalista de transformar a realidade. Outro exemplo importante é o da cobertura da Folha de S. Paulo da campanha pelas eleições diretas em 1984, quando o jornal e seus jornalistas apoiaram a campanha abertamente e se colocaram como porta-vozes da sociedade naquele momento.

#### Textos e escritas

Alguns aspectos devem ser mencionados em relação à subjetividade do jornalista e do antropólogo, que dizem respeito à escolha do tema da reportagem e da pesquisa, assim como à idéia de autoria do texto dos dois. O antropólogo em princípio desfruta de grande liberdade de escolha. Seu objeto de pesquisa é definido a partir de interesses intelectuais seus, além de aspectos práticos como a possibilidade de realização, dificuldades, prazos, acesso ao grupo e outros detalhes. O jornalista, e aqui me detenho principalmente na função de repórter que considero paradigmática da profissão, não tem esta liberdade de opção. A decisão pela apuração e redação da matéria não é sua. Ela parte do chefe de reportagem e do editor da editoria onde trabalha, após a leitura da pauta (chamo a atenção sobre este fato para mostrar quantos elementos atuam neste processo). A cobertura feita pelo repórter é em certa medida alheia à a sua vontade. Ela depende destes imponderáveis, e até da sua escala de horário. Portanto, a relação que ele estabelece com o tema e com seus informantes difere bastante daquela do antropólogo. O que não quer dizer que ele não possa e não queira se



envolver com o assunto e seus interlocutores. Ao contrário, o que pude perceber em minha pesquisa foi o quanto estes profissionais estão envolvidos com a profissão, gerando uma “adesão” que produz um *estilo de vida* e uma *visão de mundo* particulares. O próprio Bourdieu (1997) chegou a enfatizar que “*os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem as coisas*”.

O outro ponto relevante é a autoria do texto. Há muitas nuances e novamente percebo como o texto jornalístico, para além do fato de ser produzido em menos tempo, em escala industrial e com regras mais rígidas tanto de forma quanto de conteúdo, é um texto de muitos autores e ao mesmo tempo anônimo. A maior parte da imprensa escrita, as reportagens principalmente, não são assinadas. Não se sabe quem escreveu. Esta me parece ser uma questão importante em relação às diferenças da prática profissional que definem o papel do jornalista e a função do texto que redige. O mundo urbano, e de certa forma o do jornal também, são espaços de anonimato. Para o jornalista a saída do anonimato se torna marcante para a obtenção de sucesso e *status*. Ele está atrás de um “furo” que não é mais do que a possibilidade de diferenciação dentro da profissão, de individualização, de conquista de notoriedade e, portanto, de escape do anonimato, o que significará ter seu nome impresso na página do jornal e ser reconhecido pelos colegas e pela sociedade.

E. Lustosa (1996:17), ao chamar atenção para a definição de notícia que utiliza – “*técnica de relatar um fato*” - salienta as condições em que esta é produzida e o fato de que para um evento ser transformado em notícia é preciso legitimação, a qual se dá graças ao discurso jornalístico. O que faz a informação se tornar notícia são as técnicas jornalísticas. O texto jornalístico, por suas especificidades, se distingue de outros tipos de escrita.

Em seu livro *A língua envergonhada* (1991), L. Burnett discorda dos que afirmam que há uma linguagem jornalística. A seu ver, “*há uma linguagem em jornal e não de jornal*”. A linguagem é a mesma para todos. E o texto de jornal deve ser claro, objetivo e conciso, para atingir o leitor da maneira mais direta. Cada empresa jornalística pode criar o seu manual com as suas regras, mas elas obviamente respeitam as normas e regras ortográficas da língua portuguesa.



Com a transformação dos jornais em empresas cujo principal produto é a notícia houve uma tentativa de padronizar os textos produzidos dentro das redações. O lide criado pela imprensa norte-americana teve como objetivo atender ao leitor moderno e apressado que precisa obter o maior número de informações no menor tempo possível. O jornalista deve ser capaz de criar e inovar a partir da fórmula do lide, respondendo com eficiência às cinco perguntas mais fundamentais sobre o fato noticiado: quem, como, quando, onde e porquê. Entretanto, o lide não deve ser visto como uma “camisa de força” para o repórter, levando a uma rotina na elaboração da notícia ou a uma padronização exagerada. Várias empresas buscaram, com a introdução de novas técnicas de redação, criar um produto que pudesse ser lido como se tivesse sido escrito por um único jornalista. Ou seja, todos os textos, da primeira à última página, deveriam ser uniformes e, conseqüentemente, anônimos. O objetivo era mostrar o jornal como um todo, apesar de suas inúmeras divisões. Muitos jornais ainda seguem este padrão até hoje. Outros abriram espaço para modelos diversos, misturando fórmulas e criando áreas de maior individualização e maior subjetividade, como é o caso das colunas assinadas. Discuti este tema em outro trabalho (2001), “*A coluna de Ibrahim Sued: um gênero jornalístico*”, no qual afirmo que as colunas assinadas são ainda um território preservado onde as subjetividades, opiniões e personalidades podem se manifestar livremente. Para o prazer do leitor e com o consentimento do jornal.

Passemos ao texto antropológico. O antropólogo escreve em primeiro lugar para seus pares, para a academia e, em último, para o público em geral. Ele sabe que seu trabalho será lido e avaliado por outros antropólogos. E hoje cada vez mais se percebe que o texto produzido pelo pesquisador não pode ser visto como algo separado da sua pesquisa de campo. Mariza Peirano (1992:134) ao comentar o trabalho de V. Crapanzano sobre brancos na África do Sul, enfatiza esta relação entre os dois processos. “*Chama-se a atenção para o fato de que a maneira como se faz etnografia/pesquisa de campo está intimamente ligada à forma como se escreve, ou melhor, se constrói etnografias como textos. Assim, estão intimamente relacionados na construção etnográfica a pesquisa de campo (incluindo, naturalmente, a escolha do objeto), a construção do texto e o papel desempenhado pelo leitor.*”



Crapanzano vê o texto de sua pesquisa *Waiting* como um romance, principalmente por entendê-lo como plurivocal na sua essência. Este aspecto de dar voz aos entrevistados aproxima os discursos jornalísticos e antropológicos, na medida em que os dois estão preocupados em relatar e descrever fatos, situações, comportamentos, modos de vida e visões de mundo. E para que estes textos não transmitam apenas o “clima”, o tom do que se está descrevendo, elemento fundamental em uma etnografia, eles precisam se legitimar trazendo para as suas páginas o voz das fontes. Tanto os antropólogos quanto os leitores de jornal querem saber o que pensam e dizem os entrevistados, os informantes, aqueles envolvidos diretamente com o acontecimento. Não é à toa que os manuais de jornalismo enfatizam tanto a questão de que em toda notícia é preciso ouvir os dois lados. Para o antropólogo, ele é um destes lados. O primeiro é o informante, o “nativo”. E sua primeira tarefa como pesquisador é captar “o ponto de vista dos nativos”, como afirma C. Geertz (1997:88). De maneira nenhuma é preciso ser um deles para produzir uma interpretação do seu *modus vivendi*. Ao contrário, é fundamental que esta interpretação ultrapasse os horizontes mentais destes nativos e não se torne uma mera reprodução dos seus discursos.

Esta não é uma tarefa simples e nela a linguagem é um ponto crucial. Principalmente porque os antropólogos estão empenhados na produção de um saber científico e não na construção de textos que terão um consumo mais imediato, como os da imprensa. Os trabalhos antropológicos não servem “para embrulhar peixe” no dia seguinte em que foram lidos. E não é à toa que Cardoso(1986:102), comentando um texto de P. E. Willis, chama a atenção para a necessidade que os pesquisadores sentem de redigirem trabalhos que se diferenciem do relato jornalístico ou artístico. Há um certo “medo” da mistura, uma preocupação com a distinção e a nítida demarcação de fronteiras entre estes dois mundos.

J. Clifford (1986) critica o trabalho de C. Geertz, “*Briga de galos em Bali*”, justamente por ele ter “desaparecido” do texto, eliminando o aspecto dialógico da interpretação, não percebendo o trabalho de campo e seu texto final como resultado de um confronto onde há um diálogo, uma comunicação simbólica. Esta relação, entretanto, pode ser interrompida, e o seu significado depende do evento anterior e de forças que ultrapassam as atividades pessoais. Ao exigir que Geertz “apareça” em seu



texto Clifford está de certa forma pedindo que seu relato o inclua como interlocutor, diferentemente do que acontece nas notícias, onde não só o jornalista não aparece na narração do acontecimento como o texto também não é assinado. Na verdade, ao se enfatizar este aspecto, o que se está salientando é que o discurso antropológico precisa afirmar a sua subjetividade, a presença do pesquisador, dando ao leitor a medida do seu lugar e da sua interpretação daquela realidade.

## CONCLUSÃO

A análise de certas características destas duas profissões, me permitiu chegar a algumas conclusões. Há inúmeras diferenças entre elas. De enfoque, de objetivo, de duração, de concepção. O jornalismo se define por uma relação bastante estreita com o tempo. É o tempo que transforma o novo em velho, é ele que ajuda a definir o que é notícia e é ele também que transforma o jornal em papel amarelado que, em apenas 24 horas perde a validade. A antropologia deseja a permanência, a solidez que o saber científico propicia. O antropólogo não corre atrás do tempo como o jornalista, não tem um *dead line* tão apertado, nem o trabalho de campo está restrito há algumas horas de conversa com os entrevistados. Há o tempo da partida e o da volta, da pesquisa e da escrita, e entre eles há o tempo da reflexão.

Penso que em alguns aspectos estas duas profissões tentam fugir cada uma da peculiaridade da outra. A antropologia busca a todo custo se afirmar como ciência, ciência interpretativa, que não descarta, ao contrário, procura lançar mão da subjetividade do pesquisador. Mas não quer ter sua escrita de forma alguma confundida com a superficialidade o jornalismo. Há uma busca de “pureza” que me faz lembrar o trabalho de Mary Douglas (1976), Pureza e perigo. Qual seria a ameaça do jornalismo à antropologia? A falta de rigor científico? Mas esse não é um critério jornalístico.

O jornalismo, por outro lado, também está preocupado em se distanciar, não da antropologia, mas da subjetividade que essa tanto valoriza. Texto jornalístico não pode conter a opinião do repórter ou as suas impressões pessoais. Ele está ali para “relatar os



fatos” . E ouvir as fontes, os envolvidos, de preferência dos dois ou mais lados da questão. Ele não deve se colocar, se posicionar diante da realidade. Da mesma maneira ele não deve escrever um relato dos acontecimentos que o envolva, salvo em raras exceções. O jornalista deve ser testemunha e a mais objetiva possível. De novo percebo que há uma idéia de “perigo” associada à subjetividade no jornalismo. Qual seria a ameaça da subjetividade ao jornalismo? A impossibilidade de criar uma reportagem dentro dos padrões e sem clareza e concisão?

Termino este trabalho pensando em quais as possibilidades de diálogo entre estes dois campos e, ao mesmo tempo, refletindo sobre as efetivas contribuições de um para outro. Talvez o caminho seja enfrentar o cruzamento destas fronteiras. O jornalismo poderá sair mais enriquecido e consistente se for capaz de incorporar com rigor a idéia de subjetividade, não como uma ameaça, mas como um elemento importante que dará ao leitor uma visão mais complexa da realidade. E a antropologia poderá descobrir que o jornalismo é muito mais do que uma técnica de redação, fazendo com que a escrita seja parte essencial do trabalho do antropólogo. Tornando seu texto o mais saboroso para o leitor, sem que isso ameace o seu território ou seu lugar como ciência.

Robert Park (Grafmeyer: 1979:6 e 7), um dos “pais” da Escola de Chicago, nunca negou o seu passado como jornalista, ao contrário, sempre afirmou que o sociólogo era aos seus olhos uma espécie de “super repórter”, que deveria produzir, de uma maneira mais precisa e com um pouco mais de distância, a “grande informação”. Portanto, Park não via nenhuma divisão, nenhuma ruptura epistemológica entre a sua vivência de jornalista e a sua prática como cientista social. Essa aproximação poderá tornar a antropologia mais dialógica e o jornalismo mais fecundo.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, H. Uma teoria da ação coletiva. RJ, Zahar, 1977.
- BOURDIEU, P. Sobre a televisão. RJ, Zahar, 1997.
- BURNETT, L. A língua envergonhada. RJ, Nova Fronteira, 1991.
- CARDOSO, R(org) A aventura antropológica. SP, Paz e Terra, 1986.
- CLIFFORD, J. & MARCUS, G (org) Writing culture; the poetics and the politics of ethnography. Berkeley, California University Press
- DA MATTA, R. “ *O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues*” IN: Boletim do Museu Nacional, nº 27, maio, 1978, p. 1-12
- DOUGLAS, M. Pureza e perigo. SP, Perspectiva, 1976.
- DURKHEIM, E. & MAUSS, M. “*Algumas formas primitivas de classificação*” IN: Ensaios de sociologia. SP, Perspectiva, 1981.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. RJ, Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. O saber local. Petrópolis, Vozes, 2000.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

- GRAFMEYER, Y & JOSEPH, I. L'école de Chicago. Paris, Aubier, 1990.
- LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. SP, Brasiliense, 2000.
- LUSTOSA, E. O texto da notícia. Brasília, EdUNB, 1996.
- Manual da redação – Folha de S. Paulo. SP, PubliFolha, 2001.
- PEIRANO, M. Uma antropologia no plural. Brasília, EdUNB, 1992.
- SIMMEL, G. “*A metrópole e a vida mental*” IN: VELHO, O.(org) O fenômeno urbano RJ, Zahar, 1978
- VELHO, G. & KUSCHNIR, K (org). Mediação, cultura e política. RJ, Aeroplano, 2001.
- TRAVANCAS, I. O mundo dos jornalistas. SP, Summus, 1993.
- \_\_\_\_\_. “*A coluna de Ibrahim Sued: um gênero jornalístico*” IN: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. SP, vol. XXIV, nº 1, janeiro/junho de 2001.